

FAZENDAS DO SUL DE MINAS GERAIS NO BRASIL: POSSIBILIDADES DE PRESERVAÇÃO E GESTÃO

Larissa de Souza Pereira¹; Rosana Soares Bertocco Parisi²

¹Departamento de Arquitetura e Urbanismo. PUC-Minas, campus Poços de Caldas-MG, Brasil, larissarq@yahoo.com.br

²Departamento de Arquitetura e Urbanismo. PUC-Minas, campus Poços de Caldas-MG. Rede Ibero-americana PROTERRA/Rede TerraBrasil, Brasil, rosanaparis84@gmail.com

Palavras-chave: fazendas, técnicas construtivas, preservação

Resumo

O presente trabalho apresenta o panorama de algumas fazendas do sul do estado de Minas Gerais no Brasil, onde foram encontrados exemplares com indicadores que atestam a presença da cultura dos construtores com terra portugueses, que vieram para o Brasil no período da expansão do ciclo do ouro em Minas Gerais, entre os séculos XVIII e XIX. O referido conjunto de fazendas representa um grande acervo de reminiscências da formação do território durante as primeiras tentativas de chegada às minas de ouro, sendo formador de uma paisagem rural, que será analisada como representação espacial do processo de construção do território e elemento gerador das cidades existentes na região. Essas propriedades serviam como base de apoio aos núcleos urbanos mineradores e eram também produtoras de gêneros diversos voltados ao abastecimento, estimuladas pela necessidade de ocupação territorial. Ao analisar algumas dessas fazendas, evidenciaram-se o emprego de adobe e taipa de mão ou pau a pique em diversas edificações, que ainda sobrevivem com cuidados precários ou abandonadas e podem ser fontes de inspiração para o resgate de uma cultura construtiva sul-mineira que se perde a cada dia. Por essas razões, o trabalho pretende contextualizar a inserção dessas propriedades no território e buscar suas técnicas construtivas predominantes, a fim de que se possa recuperar a cultura da construção que gradativamente vem desaparecendo.

1. INTRODUÇÃO

A região analisada é formada por oito municípios sul-mineiros que foram selecionados por representarem o território onde se localizam as fazendas mais antigas de toda a região e por serem originários de sesmarias e, posteriormente, de vilas comuns do início da constituição do território mineiro. Porém, o artigo abordará somente fazendas de um dos municípios, o de Cruzília. A presença das fazendas centenárias pode ser justificada pelo fato de alguns destes municípios serem cortados pelo Caminho Velho da Estrada Real, termo que se refere aos caminhos trilhados pelos colonizadores desde a descoberta do ouro em Minas Gerais até o período de sua exaustão. Um passeio por esse percurso é um retorno à história. Com cerca de 1600 km de extensão, que ligam o litoral carioca ao interior do estado de Minas Gerais, no Brasil, tal estrada começou a ser construída no século XVII, demonstrando que neste território foram traçadas as primeiras trilhas e caminhos que indicavam a ocupação do interior do Brasil e do território do atual estado de Minas Gerais.

Diante do processo de globalização, muitos estudiosos levantaram a questão de que os espaços físicos de quaisquer naturezas tornar-se-iam ultrapassados e cairiam em desuso. Tal questionamento incidiu sobre o conceito de lugar, sugerindo que, oprimido pelo global, sua história, relações e particularidades se perderiam diante da tendência à homogeneização do espaço (Rossi, 2001; Rykwert, 2004; Muñoz, 2008).

Observado por outro viés, o lugar deixaria de ser determinado apenas como espaço resultante das ações humanas e da natureza num recorte espaço/temporal, para ser compreendido como a expressão singular que integra ideias e sentidos gerados por aqueles que o vivenciam, despertando-lhes os sentimentos de afetividade, identidade e pertencimento.

Por outro lado, a valorização e compreensão desse conceito vieram adquirindo importância na vivência e estruturação do mundo atual, sobretudo no que diz respeito à sua conservação e reutilização. Diante deste cenário, a necessidade de preservação dos legados naturais, culturais e construídos, tem requerido reflexões e aplicações que procedam de modo mais abrangente e amplo.

Essas considerações podem servir para analisar, por exemplo, as inúmeras fazendas localizadas no sul de Minas Gerais no Brasil, macrorregião estabelecida pelo IBGE (Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística), formadoras de um conjunto tipológico característico dos séculos XVIII e XIX. São propriedades que, a princípio, serviam como base de apoio aos núcleos urbanos mineradores, mas que eram também produtoras de gêneros diversos voltados ao abastecimento do mercado interno e, posteriormente, estimuladas pela necessidade de ocupação territorial.

Hoje, tais propriedades representam um grande acervo de reminiscências da formação do território no período de desbravamento do interior do país em busca do ouro das Minas, e também do período posterior, quando ocorreu o esgotamento das lavras, o que provocou um deslocamento do eixo econômico e um retorno às áreas de campos de cultivo e criação.

Tais exemplares de edifícios históricos, representados por casarões centenários, adotados de forma conjunta com a paisagem natural e urbana das pequenas cidades pelas mesmas originadas, constituem-se como conjunto singular e de modos de vida que são representativos de uma identidade, que ultrapassa a dimensão arquitetônica e monumental como forma única de proposta de salvaguarda e preservação.

As propriedades relacionadas no presente trabalho foram selecionadas por representarem as fazendas mais antigas de toda a região do Sul de Minas, localizadas no município de Cruzília, o qual tem parte de seu território cortado pelo Caminho Velho da Estrada Real (figura 1), pelo qual se tinha acesso às minas de ouro de Vila Rica. Aí foram traçadas as primeiras trilhas e caminhos que indicavam a ocupação do interior do Brasil e do território do atual estado de Minas Gerais.

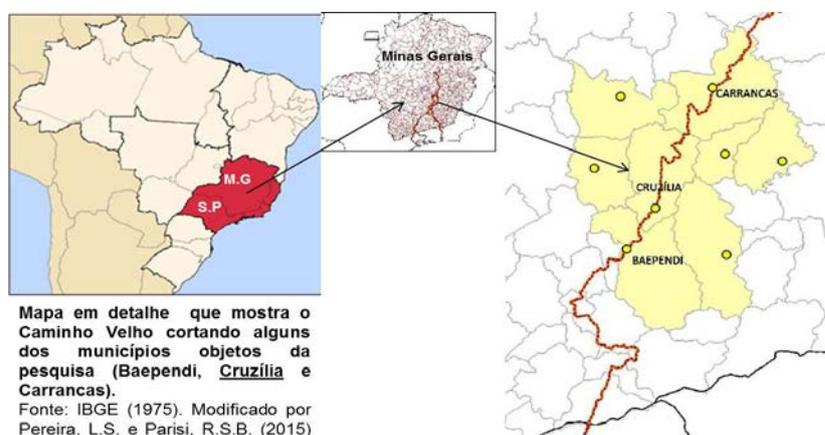


Figura 1. Contextualização da área pesquisada no território brasileiro

As análises necessárias para a elaboração deste histórico foram feitas através do levantamento de fontes primárias representadas por documentos e cartografias de época, além de levantamentos e relatos históricos de viajantes e de pesquisadores que desenvolveram trabalhos semelhantes. A obra do jesuíta André João Antonil (1982), datada de cerca de 1711 e os relatos de viagens do botânico Auguste de Saint-Hilare (1938; 2000) pela Província de Minas Gerais forneceram um rico material sobre o território em questão. Ainda com o objetivo de reconstruir o território sul mineiro em sua integridade, a cartografia antiga também se tornou uma grande fonte de informações, uma vez que foi possível identificar mapas da região que foram elaborados no início do século XVIII, principalmente a partir de 1714, ano em que a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, que havia sido desmembrada do Rio de Janeiro em 1709, foi dividida nas comarcas do Rio das Mortes, de Vila Rica e do Rio das Velhas.

A proposta desta comunicação também objetiva uma análise de caráter interdisciplinar, no que diz respeito aos estudos e às intervenções que permeiam o território e a questão patrimonial desta região. O patrimônio cultural, representado pelas fazendas, forma um conjunto característico no cenário mineiro e nacional que não possui valores reconhecidos tradicionalmente. Tais propriedades não possuem valor econômico e turístico e nem importância isolada. Desse modo, fundamenta-se em algumas cartas patrimoniais que discutem a ampliação do conceito de patrimônio ao longo do tempo, desde a 17ª sessão da Conferência Geral da Unesco, em 1972, onde foi adotada a Convenção sobre a Proteção do Patrimônio Cultural e Natural até a Declaração de Quebec (ICOMOS, 2008) sobre a “proteção do espírito do lugar”, que reflete sobre as relações existentes entre o patrimônio material e o imaterial, defendendo estas relações que são consideradas fundamentais à manutenção do “espírito do lugar”, que detém tudo aquilo que faz parte da riqueza cultural viva das comunidades.

Em âmbito nacional, no ano de 2009 foi promulgada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN), a Portaria nº127, que estabeleceu a chancela da Paisagem Cultural Brasileira, definida como uma “porção peculiar do território nacional, representativa do processo de interação do homem com o meio natural, à qual a vida e a ciência humana imprimiram marcas ou atribuíram valores” (IPHAN, 2009).

Portanto, é possível verificar que apesar das controvérsias que circundam o tema da paisagem, a superação da separação entre natureza e cultura e o reconhecimento e a valorização das relações existentes entre a paisagem e os saberes tradicionais permitem vislumbrar novas perspectivas às ideias tradicionais relativas à preservação.

1.1 Metodologia

Para o desenvolvimento do trabalho foi fundamental abordar a história da constituição do território e dos núcleos de povoação que tiveram sua origem a partir do desbravamento da região por bandeiras que buscavam os metais preciosos das Minas Gerais. A história desta constituição é marcada, sobretudo, pela abertura dos primeiros caminhos e pelo período posterior, caracterizado pela fixação do homem na região, trazendo como consequência a fundação das primeiras fazendas, que tiveram papel crucial para a localização dos primeiros núcleos formados. Tais fazendas, classificadas como representantes de uma paisagem cultural característica da região e das comunidades do sul de Minas e suas reminiscências arqueológicas, assim como os pequenos núcleos urbanos a elas relacionados, podem ser analisados em conjunto. No entanto, como a região pesquisada é composta por oito municípios do sul de Minas Gerais e por mais de cem fazendas, no presente artigo realiza-se um recorte para análise de quatro propriedades do município de Cruzília, distante 332 km da capital Belo Horizonte e 260 km do final da Estrada Real, no porto de Parati, cidade do estado do Rio de Janeiro-RJ. As propriedades elencadas foram visitadas em períodos distintos, entre o ano de 2013 e 2014. Foram elaborados pequenos croquis, fotografias e algumas entrevistas realizadas, via de regra, com caseiros ou funcionários das fazendas. Em seguida, as informações obtidas foram transcritas em forma de fichas, para que novos dados pudessem, ao longo do tempo, ser adicionados às mesmas, possibilitando, posteriormente, consultas e outras pesquisas.

1.2 A formação do território sul-mineiro e as bandeiras de São Paulo à Minas Gerais

O reconhecimento do território do atual estado de Minas Gerais foi marcado pelo descobrimento do ouro e pelo início do movimento das grandes expedições bandeirantistas rumo ao interior dos sertões das Gerais.

A descoberta do ouro desencadeou a ocupação da região das minas e paralelamente, uma revolução que acarretaria efeitos políticos, econômicos e sociais, formando assim um novo território habitado por uma população heterogênea e muito numerosa.

Os primeiros relatos sobre as terras da região atualmente denominada Sul de Minas datam de 1597, com a presença da expedição de Martin de Sá na região da Mantiqueira. Mas foi a

bandeira de Fernão Dias, no ano de 1674, a primeira organizada sob as ordens da Coroa a adentrar o novo território em busca de minérios valiosos, como prata e esmeraldas.

Com essa empreitada assinala-se o início do povoamento da futura Capitania de Minas Gerais, que se dava paulatinamente através da passagem do 'bando' de Fernão Dias, que ia plantando roças e deixando pousos de paragem que, com o passar do tempo, se tornariam pequenos arraiais onde eram construídas capelas, casas e vendas, dando origem às primeiras nucleações e atraindo pessoas das mais diversas localidades.

Em 1709 foi criada a capitania de São Paulo e Minas do Ouro, desmembrada do Rio de Janeiro. No ano de 1714, foram divididas as três primeiras comarcas, de Vila Rica, do Rio das Velhas e do Rio das Mortes, que tinha como sede a cidade de São João d'El Rey e equivale hoje à região denominada Sul de Minas. As Comarcas marcaram desde então a regionalização deste território.

A descoberta do ouro havia requerido grande demanda por itens de subsistência, uma vez que houve um crescimento abrupto da população. Com isso, foram sendo estabelecidas as primeiras fazendas ao longo dos caminhos que levavam às minas. Essas propriedades tinham papel fundamental no abastecimento da população mineira.

1.3 Cruzília na contextualização do território analisado

De acordo com a Enciclopédia dos municípios brasileiros (IBGE, 1957-64), a denominação cruzília quer dizer "terra da cruz". O primitivo nome desse município foi Encruzilhada. Originou este nome o fato de o povoado localizar-se ao lado da encruzilhada formada por duas importantes estradas no período colonial, que ligavam os municípios de São João Del Rei e Aiuruoca e o Rio de Janeiro à região aurífera de Minas Gerais. Os primeiros habitantes da região foram os garimpeiros de ouro vindos, possivelmente, da província de São Paulo.

É nesta "Encruzilhada" que fazendas dos séculos XVIII e XIX, como a Traituba, a Angahy, o Favacho e a Campo Lindo, entre outras, guardam tradições de famílias patriarcais da região e ainda são encontradas no município. Arantes (2007) afirmou que "a cidade foi construída em uma porção de terra entre duas estradas que, no século XVIII levavam ao interior das capitanias, mais especificamente entre Aiuruoca e Alagoa". Apesar do território ter sido concedido pelo Governador das Minas a Manoel de Sá, em 20 de dezembro de 1726, consta que as terras já estavam no roteiro dos bandeirantes comandados por André Leão desde 1601. O lugarejo teve o seu primeiro registro da agricultura em 1730, na região de São José de Favacho, local que originou uma das propriedades analisadas por este trabalho. No ano de 1736, Manoel da Gouvêa e outros solicitaram a licença para construir um atalho no caminho velho de São Paulo, "princiando no sítio de Manoel de Sá, que denominavam como 'A Encruzilhada', continuando-o até entrar no caminho novo dos Goiases". Em 1758 foi construído um cemitério no local, que atendia aos fazendeiros e colonos da região, e em 1761 foi benta a capela da Fazenda Favacho. No ano de 1805, ocorreu o primeiro registro da presença da pecuária na região, com a chegada de algumas cabeças de gado leiteiro do tipo Holandês. Em 1822, o local foi mencionado em livros da paróquia de Baependi como Bairro da Encruzilhada. No ano de 1827, foi erguida nas terras da Encruzilhada a casa grande da Fazenda Traituba, nome que significa "Pedra de Deus" ou "do Criador" em tupi-guarani ou ita-pedra, tuba – grande, que foi construída especialmente para receber a visita do Imperador Dom Pedro I. Porém, a visita nunca se concretizou, mas o lugarejo ganhou uma das majestosas construções do Brasil Império. Em 1858, foi construído nesse lugar o primeiro ponto comercial de propriedade de Manoel Domingues Maciel, que atendia a fazendeiros e viajantes. Numa colina chamada Serrinha, Manoel Domingos se estabeleceu e, segundo a tradição, foi ali surgiu o povoado. O arraial que se formou no sítio do "Capitão", desenvolveu-se ao redor da Capela de São Sebastião, edificada por volta de 1861 e 1862. Em 1873, já com o nome de São Sebastião da Encruzilhada, o arraial passou a ser distrito de Baependi, pela lei nº 1.997, de 14 de novembro. Delimitada sua área, o distrito desmembrou 508 km² do município de Baependi. Em 1874, foi criada a Paróquia de São Sebastião da Encruzilhada, sendo seu primeiro

vigário o Padre João Câncio dos Reis Meirelles. Diante do acelerado desenvolvimento do povoado, em 1937, o lugarejo foi elevado à categoria de Vila. Mais tarde, em 1938, o distrito teve seu nome reduzido para Encruzilhada, pela Lei nº148, de 17 de Dezembro. Em 1943, o distrito passou a se chamar Cruzília por força do decreto-lei n.º 1.058, de 31 de dezembro. Cinco anos depois, tornou-se município pela Lei n.º 336, de 27 de dezembro de 1948, conquistando a emancipação de Baependi e iniciando uma nova história política e administrativa”.

2. FAZENDAS DE CRUZÍLIA

De acordo com Cruz (2008, p.133),

por causa da localização privilegiada, junto aos mais antigos caminhos e vilas, as fazendas do denominado Grupo de Cruzília, fazem parte da área da comarca do Rio das Mortes ocupada há mais tempo. Baependi foi elevada a vila em 1814, mas a antiga ocupação da região deveu-se principalmente à sua localização privilegiada, entre a garganta do Embaú e as vilas de São João del Rei e São José.

O mesmo autor afirma que nessa região foram encontradas as fazendas mais antigas, que ocuparam as áreas mais baixas, de um relevo suave e com uma vegetação semelhante a do cerrado. Tais condições foram propícias à implantação de fazendas que em um primeiro momento dedicavam-se à pecuária. Cruz (2010) aponta ainda para o fato de que, ao analisar a implantação dessas propriedades, constatou que são mais espalhadas, menos altivas, e em geral não possuem terreiros, estão edificadas em terrenos mais suaves, em territórios ermos e dominam grandes paisagens. Algumas delas apresentam certas peculiaridades construtivas, relativas a uma fase incipiente de consolidação da “gaiola” (entramado), além de algumas particularidades que dizem respeito ao agenciamento de suas plantas, também de uma fase incipiente de consolidação do programa de necessidades¹.

2.1 As fazendas analisadas e suas características

Com cerca de doze fazendas implantadas entre os séculos XVIII e XIX em Cruzília, foram destacadas pelo presente trabalho algumas das mais importantes para serem analisadas no que dizem respeito às técnicas de construção empregadas: a Fazenda Angahy, a Fazenda Traituba, a Fazenda Favacho ou “O Favacho”, como é conhecida, e finalmente a Fazenda Campo Lindo.

2.1.1 Fazenda Angahy

De acordo com Cruz (2010) o nome Angahy, por si só, já é carregado de história. A travessia do rio Ingaí (antigo Angahy), afluente do rio Capivari, que é afluente do rio Grande, aparecia em mapas antigos e foi pormenorizada nos relatos do jesuíta Antonil em 1711, como ponto de referência no Caminho Velho. Estima-se que a propriedade tenha sido edificada por volta de 1730. Porém, em um livro sobre a história do cavalo mangalarga, consta que a fazenda foi fundada por volta de 1782 por José Carlos Garcia Duarte. A propriedade está implantada em área ampla e levemente ondulada, apresentando alguns

¹ De acordo com Cruz (2015), quando aponta que “algumas das fazendas apresentam certas peculiaridades construtivas relativas a uma fase incipiente da consolidação da gaiola” isso é porque estas fazendas do grupo de Cruzília são as mais antigas do Sul de Minas e, nesta época, no século XVIII, a gaiola ainda não estava com sua configuração final, que tomou ao longo do século XIX. Isso se nota em dois detalhes: os esteiros iam desde o frechal até o chão, não paravam no baldrame como depois ocorreu. No momento em que passaram a parar no baldrame, estes esteiros receberam a denominação de ‘pé direito’. O outro detalhe é que os barrotes ficavam sobrepostos aos baldrames, o que deixava o topo do barroto aparente na fachada, vulnerável ao tempo. Depois se criou um detalhe que os barrotes ficavam encaixados aos baldrames através da assamladura do tipo ‘rabo de andorinha’. Assim ficavam no mesmo plano e o topo desse barroto não ficava mais aparente, prolongando a durabilidade das peças.

morros ao longe, não se avistando edificação alguma ao redor. O conjunto é formado pela sede, paiol, curral e casa do caseiro.

A estrada que dá acesso à fazenda chega até a entrada da cozinha, passando por um portão de madeira colado à fachada principal. Tal estrada tem largura para a passagem de até dois carros e tem seu piso de terra batida. A maior parte da área descoberta não possui pavimentação, apresentando grandes áreas gramadas, exceto pelo largo de entrada e pela área de lazer, pavimentados com lajeado de pedra, presente também em outras propriedades da região.

Por volta de 1782, o senhor José Garcia adquiriu grande extensão de terras na Encruzilhada onde constituiu importante fazenda, então chamada “do Garcia”, hoje Fazenda do Angaí (ou Angahy), por estar situada à margem esquerda do rio Ingaí, referência no Caminho Velho que já aparecia em mapas e relatos antigos, como os de Antonil, que passou pela região por volta de 1711. De acordo com livros paroquiais de Baependi e da diocese de Campanha, até o primeiro quartel do século XIX não existia nenhuma capela na antiga Encruzilhada, atual Cruzília. Assim, os moradores serviam-se das capelas das fazendas como Angaí e do Favacho. A Fazenda Angaí possui uma capela consagrada dentro da residência, situada próxima à entrada, para que pessoas estranhas pudessem assistir às celebrações sem entrar na intimidade dos moradores. Esta abriga um oratório datado de 1841, até hoje em ótimo estado de conservação. Importante núcleo criatório do cavalo mangalarga foi implantado na fazenda, por iniciativa da família Meirelles, atual proprietária.

A casa sede passou por muitas reformas e ampliações, uma delas tendo sido realizada segundo relatos da família, na segunda metade do século XIX. Conforme Cruz (2010), é possível perceber que a casa é composta basicamente por três corpos distintos: o corpo principal, a ala construída para estudos, por solicitação do Monsenhor João Cancio dos Reis Meirelles, com volume mais alto e o corpo de serviços. O corpo principal apresenta uma varanda entalada (ou varanda reentrante) com a capela de um lado e, do outro, o quarto de dormir. Tal varanda é pouco notada, uma vez que foi fechada por vitrôs. Hoje as janelas são de vergas retas, ligeiramente metidas nas paredes portantes de tijolos, indicando, conforme Cruz (2010), que a edificação não seja original. Claramente pode se observar que essas janelas não são originais, uma vez que se observou em fotografias antigas que tais aberturas eram alinhadas com a parede e possuíam vergas arqueadas em canga de boi. “Além da varanda, duas outras características importantes denotam a idade de casa: o telhado de prolongo e as vergas arqueadas nos vãos internos, que ainda se mantêm” (Cruz, 2010:134). Percebe-se externamente que os muros de fechamento e vedações foram confeccionados com adobes e, de forma geral estão relativamente conservados.



Figura 2. Fazenda Angahy. Planta, fachada de serviços e muro de adobe (Cruz, 2010; Pereira, 2014)

Porém, o estado geral das paredes externas e elementos constituintes das coberturas das edificações demandam manutenção urgente e necessária. Não foi possível detectar na

propriedade se os adobes utilizados foram fabricados dentro da própria fazenda ou adquiridos de outras localidades.

Apesar das manifestações patológicas relativas à conservação das edificações, pela história dessa propriedade, que está intimamente vinculada à história da região e sua paisagem cultural, é de vital importância que essas construções venham a ser restauradas e recuperadas como forma de colaborar para a garantia da identidade e reconhecimento dos valores arquitetônicos, históricos e culturais constituintes dessa região.

2.1.2 Fazenda Traituba

A Fazenda Traituba está também situada na zona rural de Cruzília e sua sede está implantada em terreno ameno, aberto e rodeado por morros com matas próximas. Também contígua se encontra a Serra da Traituba, origem do nome da Fazenda. O conjunto se resume ao limite da sede que concentra curral e edificações complementares de serviços.

A estrada de acesso é de terra batida chegando até uma grande área gramada situada em frente à fachada que hoje é utilizada como entrada principal. Ao redor da sede há a presença de algumas poucas árvores de grande porte. A presença de gramado é marcante nas duas fachadas. Essa propriedade, de acordo com Cruz (2010) e Garcia (2013), é um exemplar anômalo no universo amostral das fazendas do Sul de Minas por esse autor levantado. A casa foi construída de 1827 a 1831 por João Pedro Diniz Junqueira para receber D. Pedro I, visita que não aconteceu. João Pedro era filho de Maria Francisca da Encarnação Junqueira e Gabriel Diniz, conhecidos como o “casal de Traituba”. O local foi objeto de descrições realizadas pelo botânico francês Saint-Hilaire em 1822 e era denominado como “Rancho da Traituba”. Sua primeira e antiga casa foi demolida e, provavelmente, esta sim, possuía as características comuns das fazendas da região como, por exemplo, estrutura de madeira e paredes de pau a pique ou taipa de mão.



Figura 2. Fazenda Traituba. Planta, fachada principal, muro e porão de adobes e vista interna (Cruz, 2010; Pereira, 2014)

Cruz (2010), afirma também que a técnica construtiva empregada na nova sede foi a de alvenaria portante de adobes, técnica pelo autor encontrada nas sedes apenas da Traituba e Favacho. Na obra do autor sobre as Fazendas do Sul de Minas, o mesmo comenta que um estudo realizado em 1985 por Nicolliello e Carvalho sobre a casa da Traituba comprova a tese de que o corpo principal dessa edificação possuía dois pavimentos. A referida casa é toda cercada por muros feitos de adobe, com portais ornamentados por pináculos e esferas armilares de pedra. Afirma Cruz (2010:139): “para entender a presença de cercamentos desse tipo, devemos imaginar um mundo vasto, literalmente sem porteiros, sem cercas, com divisas sim, mas feitas por acidentes naturais ou por valos, muros de pedra, adensamentos de vegetação ou paus cravados diretamente no chão”. Comenta também que “como ocorre nas casas com estrutura independente de madeira, embora a construção possua grossas paredes de adobe, as janelas e portas são perfeitamente alinhadas com o plano das fachadas. Essa característica não se observa nas casas de estrutura portante de tijolos, nas quais as janelas ficam ligeiramente recuadas em relação à fachada”. Percebe-se ainda que

também a sede da Traituba, importante propriedade na constituição da paisagem edificada e cultural sul-mineira, carece de medidas ou ações de conservação tanto na casa quanto nas construções dos currais e pátios dianteiro e traseiro da propriedade, pelos mesmos motivos apontados para as questões vinculadas à restauração e recuperação da fazenda Angahy anteriormente apresentada.

2.1.3 Fazenda Favacho

A edificação sede situa-se em terreno aberto, rodeado por morros e matas próximas. Um muro de pedra delimita o espaço da sede da fazenda. Ao lado deste edifício encontram-se outros equipamentos que formam o complexo da fazenda Favacho: a capela, o lago, o curral, os pequenos depósitos e a casa dos empregados. A estrada de acesso é de terra batida e chega até o edifício da sede da fazenda. Ao redor da edificação há a presença de algumas árvores de grande porte, além de uma grande parte gramada. De acordo com Cruz (2010), “assim como a Traituba, a fazenda Favacho é cercada de lendas e histórias. É considerada uma das fazendas mais importantes e antigas da região e aparece em vários mapas como local de referência, próximo ao ponto de convergência de dois antigos caminhos, o Caminho Velho, vindo de Baependi e de um braço do caminho de Fernão Dias, saindo de Campanha e passando por Lambari”. Apesar de em alguns relatos aparecer como data de fundação do Favacho o período em torno dos anos de 1720 e 1730, ninguém sabe ao certo a data de construção da casa. No entanto, a técnica construtiva adotada foi a estrutura portante de adobes, da mesma maneira que a Traituba, anteriormente apresentada. Cruz afirmou também que essa técnica construtiva foi muito utilizada em fazendas de café do Vale Paraíba carioca assim como no casario urbano de São João del Rei e Tiradentes.



Figura 3. Fazenda Favacho. Planta, implantação fachadas principal e lateral, muros de adobes (Cruz, 2010; Pereira, 2014)

No que diz respeito ao estado de conservação da propriedade, este pode ser considerado um pouco mais satisfatório que o das duas fazendas anteriormente apresentadas, principalmente no que diz respeito à manutenção interna da casa principal. Externamente, partes do revestimento dos muros de adobe desprenderam-se dos mesmos e carecem de trabalhos de restauro. Há também nessa propriedade vários pontos de umidade em trechos das paredes externas, reforçando também a necessidade de conservação nessa propriedade.

2.1.4 Fazenda Campo Lindo

No que diz respeito à última propriedade analisada do município de Cruzília, a casa da Fazenda Campo Lindo, como ocorre em outras fazendas da região, não é casa primitiva da propriedade. Cruz (2010), afirma que a casa atual é de 1871, mas o corpo de serviços é bem mais antigo que, de acordo com os atuais proprietários, deve ter mais de 200 anos, sendo possível notar um desalinhamento entre esses corpos edificados. A atual sede da fazenda tinha no momento da reforma como proprietário João Bráulio Fortes Junqueira. Segundo Pereira (2003), João Bráulio Fortes Junqueira instalou nessa fazenda uma das primeiras fábricas de laticínios de Minas Gerais, responsável pela até hoje conhecida marca

de produtos de laticínios “Campo Lindo”. A partir de 1880 a fazenda também passaria a se dedicar à criação de cavalos da raça mangalarga, consolidando importância do atual município de Cruzília como criatório. O mesmo autor afirma que, em 1889 João Bráulio Fortes (Campo Lindo), José Frauzino e Francisco Olinto Junqueira, então proprietários da Fazenda Favacho, adquiriram em uma exposição em Paris o garrote “Holandês”, que deu origem ao rebanho holandês de Cruzília, atualmente inexpressivo. Em 1939 a fazenda recebeu visita do presidente Getúlio Vargas. A viagem não era oficial e consistiu em cavalgada pela região com um almoço nessa Fazenda. Cruz (2010:141) comenta também que “os edifícios do núcleo da propriedade formam um conjunto que merece atenção especial por sua originalidade: são agenciados em torno de pátios, como era comum no século XVIII, característica que se dissipou ao longo do século XIX. Esses pátios são tão presentes que, quando os edifícios que os cercam não dão conta de fechá-los, os fechamentos são feitos com muros”.



Figura 4. Fazenda Campo Lindo. Planta, vista frontal e interiores (Cruz, 2010; Pereira, 2014)

“No caso da fazenda Campo Lindo, cercando o pátio posterior há um grande muro de adobe, com paus a 45 graus como fechamento, coberto de telhas”. No que diz respeito ao estado geral de conservação da propriedade da Campo Lindo é uma das que se encontra entre as fazendas analisadas mais bem conservada, ainda que careça de manutenção na pintura das paredes e recuperação de algumas janelas e portas de madeira já desgastadas.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Com o presente trabalho, pretendeu-se chamar a atenção de algumas propriedades em que houve o emprego de técnicas construtivas que empregam a terra como material de construção no do município de Cruzília, MG, que está localizado em um ponto singular e mediano do Caminho Velho da Estrada Real, importante eixo que entre os séculos XVIII e XIX ligava o porto de Parati ao Sertão das Geraes. Há inúmeras outras propriedades nesse caminho, bem mais de 100, como afirma Cruz (2010), que apresentam características singulares que dizem respeito ao emprego da madeira, ao agenciamento de plantas, às pequenas mudanças que revelam um pouco da história das formas de construir utilizadas pelos colonizadores portugueses, pelos bandeirantes e exploradores do território com a fundamental participação dos escravos e mestiços provenientes da vizinha região de São Paulo. São edificações em sua maioria onde ocorreu o emprego das técnicas de construção com terra como a taipa de mão ou pau a pique e dos adobes em apenas dois dos casos analisados, cujas razões foram pelo presente trabalho comentadas.

No entanto, evidencia-se a necessidade do estabelecimento de um Plano de Fomento à conservação, à manutenção, à recuperação e restauração dessas fazendas, cujas propriedades são na maioria das vezes privadas. Em outras regiões do país, como por

exemplo na região do Vale do Café, no estado do Rio de Janeiro, conforme aponta Mattos (2010), há ações estratégicas em curso que dizem respeito não só à conservação ou restauro, mas também à conscientização e ao incremento da vocação turística como forma de atrair investimentos e visitantes à região. Mas também em locais como este, há problemas de diversas naturezas que necessitam ser enfrentados: a ausência de regras claras, de normas e de orientação técnica para recuperação e manutenção do patrimônio, assim como a carência de informações sobre fontes de recursos e procedimentos para obtê-los.

Isto comprova como a disponibilidade de orientação técnica e mão de obra qualificada é um entrave significativo para o avanço da arquitetura e construção com terra no Brasil.

Diante desse cenário, presente não só no município de Cruzília, mas também em outros municípios vinculados ao Caminho Velho da Estrada Real, torna-se urgente e necessário que se desenvolva uma estrutura de formação de mão de obra especializada através da integração de órgãos e entidades, como o IPHAN (Instituto do Patrimônio Histórico, Artístico e Nacional), o IEPHA (Instituto Estadual do Patrimônio Histórico e Artístico de Minas Gerais) e as unidades de ensino superior da região, etc., com o intuito de, cada vez mais, ser possível recuperar e manter o patrimônio edificado em terra no Brasil, como forma de se manter também a cultura construtiva herdada dos colonizadores portugueses. Dessa maneira pretende-se interagir, sempre que possível, a memória do patrimônio edificado em terra, a educação patrimonial e as questões iminentemente históricas e culturais dessa região e também de todo o país.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ANTONIL, A. J. (1982). Cultura e opulência do Brasil. Belo Horizonte: Itatiaia.

ARANTES, A. (2007). Informe histórico sobre o município de Cruzília. Disponível em: <http://www.myheritage.com.br/FP/newsItem.php?s=3962051&newsID=51&sourceList=dir>. Acesso em 23/06/2015.

CRUZ, C. F. (2008). Fazendas do sul de Minas Gerais, arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX. Dissertação de mestrado. São Carlos: Escola de Engenharia de São Carlos da Universidade de São Paulo.

CRUZ, C. F. (2010). Fazendas do sul de Minas Gerais, arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX. Brasília: Monumenta, IPHAN, 354 páginas.

CRUZ, C.F. (2015). Entrevista realizada em São Paulo, no escritório do autor em 26/06/2015. Cópia Impressa. 2p.

GARCIA, C.S.G. (2013). Evolução histórico-cultural e paisagística da Fazenda Traituba. Cruzília, Dissertação de Mestrado. Universidade Federal de Lavras. Disponível em: http://repositorio.ufla.br/bitstream/1/1209/4/DISSERTACAO_Evolu%C3%A7%C3%A3o%20hist%C3%B3ricocultural%20e%20paisag%C3%ADstica%20da%20Fazenda%20Traituba,%20Cruz%C3%ADlia.PDF. Acesso em 23/06/2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1957-64). Enciclopédia dos municípios brasileiros. Rio de Janeiro: IBGE. Disponível em: <http://biblioteca.ibge.gov.br/pt/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=227295>. Acesso em 14/06/2015.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (1975). Disponível em http://www.ibge.gov.br/home/mapa_site/mapa_site.php#geociencias

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (2015). Enciclopédia dos Municípios Brasileiros (1957- 1964). Volume 24, municípios do Estado de Minas Gerais. Volume Digital. Disponível em: http://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv27295_24.pdf. Acesso em 26/07/2015.

ICOMOS (2008). Salva-guarda do espírito do lugar. Quebec.

IPHAN (2009). Portaria n ° 127, de 30 de abril de 2009. Estabelece a chancela da paisagem cultural brasileira.

MATTOS, S. Et al (2010). Ações Estratégicas de Revitalização do Vale do Café- Relatório Final- 2ª Edição, Disponível em: <http://www.preservale.com.br/files/relatorio01.pdf>. Acesso em 23/06/2015.

- MUÑOZ, F. (2008). urBANALización. Paisages comunes, lugares globales. Barcelona: Gustavo Gili.
- PEREIRA, Adolfo Maurício (2003). Cronologia quase trovada de São Sebastião da Encruzilhada. Campinas, SP: Komedi.
- PEREIRA, L. S. (2014). Fazendas do Sul de Minas: Valorização e salvaguarda do patrimônio regional. Tese de doutorado (em andamento).
- PEREIRA, L. S.; PARISI, R. S. B. (2015). Relatório sobre memorial de qualificação de doutorado de Pereira, L.S: "As fazendas do sul de Minas e a formação do território: valorização e salvaguarda do patrimônio regional. PUC-Minas, Poços de Caldas, Cópia Impressa, 126p.
- ROSSI, A. (2001). A arquitetura da cidade. São Paulo: Martins Fontes.
- RYKWERT, J. (2004). A sedução do lugar: a história e o futuro da cidade. São Paulo: Martins Fontes.
- SAINT-HILAIRE, A. (1938). Segunda viagem a Minas Gerais e São Paulo. Belo Horizonte: Itatiaia.
- SAINT-HILAIRE, A. (2000). Viagem pelas províncias do Rio de Janeiro e Minas Gerais . Belo Horizonte: Itatiaia.

AGRADECIMENTOS

As autoras agradecem à PUC-Minas, *campus* de Poços de Caldas, em especial ao Curso de Arquitetura e Urbanismo e Coordenação de Pesquisa pelo apoio ao presente trabalho. Ao arquiteto Cícero Ferraz Cruz pela entrevista e informações prestadas acerca do livro de sua autoria "Fazendas do sul de Minas Gerais, arquitetura rural nos séculos XVIII e XIX", assim também como pelo fornecimento de imagens utilizadas no presente trabalho.

AUTORAS

Larissa de Souza Pereira, Doutoranda do Programa de Pós-Graduação em Urbanismo da PUCCAMP desde 2013, Mestre em Urbanismo (FAUPUCCAMP/2011), Arquiteta e Urbanista (PUC-Minas, Poços de Caldas, 2007), Professora Assistente III do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, campus de Poços de Caldas.

Rosana Soares Bertocco Parisi, Doutora em Ciências da Engenharia Ambiental (EESC-USP/2008), Mestre em Urbanismo Moderno e Contemporâneo (FAUPUCCAMP/2002), Arquiteta e Urbanista (FAUPUCCAMP/1986), Professora Adjunta IV do Curso de Arquitetura e Urbanismo da PUC-Minas, campus de Poços de Caldas e Coordenadora de Pesquisas do referido curso, Membro das Redes PROTERRA e Terra Brasil.